

CDD APOIA CONFERÊNCIA SOBRE ACESSO À JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

## Filipe Nyusi reconhece desafios na protecção de direitos humanos no contexto do combate ao extremismo violento em Cabo Delgado

● Presidente da República dirigiu ontem a cerimónia de abertura do IV Conferência Nacional sobre Acesso à Justiça e Direitos Humanos, evento organizado pelo Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, com o apoio do Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD). Além de membros do Governo, magistrados judiciais e do Ministério Público, técnicos do Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica (IAPJ), a IV Conferência sobre o Acesso à Justiça contou com a participação de representantes da sociedade civil e parceiros de cooperação.



- Filipe Nyusi disse que o compromisso que Moçambique assumiu de aderir aos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos e aos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos baseou-se nos desafios que o País enfrenta na promoção e protecção dos Direitos Humanos, particularmente no contexto de combate contra o extremismo violento em Cabo Delgado. “Esses desafios fazem-se sentir no quadro da responsabilidade social corporativa das empresas multinacionais de exploração de recursos naturais junto das comunidades e no tecido empresarial nacional”.



O Presidente da República defendeu ontem que Moçambique comprometeu-se a aderir aos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos e aos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos. O compromisso foi assumido em seguimento das recomendações que Moçambique recebeu depois de apresentar, em Maio de 2021, o relatório do terceiro ciclo de revisão periódica universal ao grupo de trabalho do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas.

A decisão de aderir aos princípios orientadores baseou-se nos desafios que o País enfrenta na promoção e protecção dos Direi-

tos Humanos, particularmente no contexto de combate contra o extremismo violento em Cabo Delgado. “Esses desafios fazem-se sentir no quadro da responsabilidade social corporativa das empresas multinacionais de exploração de recursos naturais junto das comunidades e no tecido empresarial nacional”, disse o Presidente da República.

Segundo explicou, os Princípios Voluntários destinam-se a minimizar o risco de abusos de direitos humanos e incidentes relacionados com a segurança nas comunidades. “Esta minimização é feita através do estabelecimento de relações orientadas com base no princípio de publicidade, transparência e responsabilização nos termos acordados entre as empre-

sas e os provedores de segurança público e privados, exigindo-se a estes actores um trabalho de educação cívica e consciencialização das comunidades”.

Nas palavras de Filipe Nyusi, foi tendo em conta essa realidade que Moçambique aderiu, em 2009, à Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (ITIE) e, mais recentemente (2021) ao Processo Kimberley por forma a promover a gestão aberta e responsável dos recursos naturais. “Desde então, temos estado a divulgar sucessivamente informação sobre a cadeia de valor da indústria extractiva, desde a fase de extracção até à forma como as receitas são arrecadadas pelo Governo e como beneficiam os cidadãos”.



Helena Kida, Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos,



António Supeia, Secretário de Estado da província de Cabo Delgado



Moçambique aderiu à ITIE como forma de aprimorar os instrumentos internos já existentes de promoção de boa governação, incluindo transparência e prevenção da corrupção. “Surgiu ainda como forma de garantir que os pagamentos e os recebimentos provenientes da indústria extractiva sejam do domínio público”.

Em todo mundo, apenas 10 Estados aderiram e tornaram-se membros da Iniciativa dos

Princípios Voluntários, nomeadamente Argentina, Austrália, Canadá, Colômbia, Gana, Países Baixos, Noruega, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos da América (EUA). Além de Estados, a lista inclui outros membros, designadamente 33 empresas internacionais, 14 organizações não-governamentais e nove (9) observadores (a maioria organismos internacionais).

Pelo menos seis multinacionais que operam

em Moçambique já aderiram aos Princípios Voluntários, nomeadamente a ExxonMobil, Galp, TotalEnergies, Shell, BP, Vale e a BHP Billiton. A italiana Eni e a britânica Gemfields estão em vias de aderir como membros corporativos.

Numa outra abordagem, o Presidente da República disse que a rede judiciária não cobre todo o País, por isso em 2021 lançou a iniciativa “Um distrito, um edifício condigno

para o tribunal”, que prevê a construção de 61 novos tribunais até 2023. Além da construção de edifícios condignos para os tribunais, Nyusi fez notar que um sistema de administração da justiça baseado numa governação aberta e participativa constitui uma ferramenta fundamental para a consolidação da democracia e do Estado de Direito, bem assim a garantia

dos direitos e liberdades constitucionais do povo.

“É nosso interesse assegurar maior entrosamento e sincronia entre as diferentes instituições de administração da justiça por forma a consolidar um sistema que proteja os Direitos Humanos da população, defenda a ordem jurídica e a observância de lei, garanta

os direitos e liberdades dos cidadãos, assegure a administração célere da justiça, garanta a segurança e ordem pública e estabeleça uma plataforma comum entre o Governo, empresas extractivas multinacionais e organizações da sociedade civil com vista a fornecer orientações sobre as medidas tangíveis de respeito dos direitos humanos”.

## Reino Unido reitera apoio na implementação dos Princípios Voluntários em Moçambique através da iniciativa SHRIM

O Alto Comissariado Britânico em Moçambique destacou o seu trabalho na promoção dos Princípios Voluntários no País e apontou, como exemplos, a visita em 2019 da Embaixadora de Direitos Humanos do Reino Unido, Rita French, onde se encontrou-se com empresas do sector extractivo que trabalham na implementação daquela iniciativa; a realização, através da parceria com Chatham House de um estudo intitulado “Moçambique e os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos: Incentivos para engajamento e implementação”. Os resultados deste estudo foram apresentados em Dezembro de 2021 em Maputo.

Ainda em 2021, o Alto Comissariado Britânico em Moçambique apoiou o projeto consistiu na realização de uma série de workshops e webinars com várias partes interessadas para aumentar a consciencialização sobre os Princípios Voluntários, compartilhar as melhores práticas internacionais e delinear os passos que as partes podem tomar para fortalecer a sua implementação em Cabo Delgado.

Estes eventos contaram com o envolvimento do Governo de Moçambique, parceiros internacionais, empresas operadoras e subcontratadas da indústria petrolífera e especialistas em Princípios Voluntários. “O estabelecimento formal do Grupo de Trabalho sobre os Princípios Voluntários em Moçambique resultou das recomendações da fase piloto que acima nos referimos”, disse Alex, do Alto Comissariado Britânico em Moçambique.

O compromisso do Reino Unido com os Princípios Voluntários através da sua participação activa no Comité Directivo da Iniciativa dos Princípios Voluntários e por meio do seu envolvimento e cooperação com governos parceiros em diferentes países, incluindo Moçambique.

“Um bom exemplo desse comprometimento é o nosso co-financiamento ao Me-



Representante do Alto Comissariado Britânico em Moçambique.

canismo de Implementação de Segurança e Direitos Humanos, conhecido como SHRIM, com outros governos membros e em parceria com o Centro de Governação do Sector de Segurança de Genebra, conhecido como DCAF, cujos representantes estão presentes nesta conferência”.

Nos últimos quatro anos, o SHRIM apoiou projectos na Colômbia, Perú, Quênia, Nigé-

ria e a República Democrática do Congo por meio de grupos de trabalho nacionais sobre Princípios Voluntários e outros mecanismos de engajamento em políticas empresariais e de direitos humanos. “É por isso que o Reino Unido está a trabalhar com o DCAF, CDD e outros parceiros para apoiar a implementação dos Princípios Voluntários no contexto moçambicano”.

# Liderança do Governo é fundamental para obter benefícios da implementação dos Princípios Voluntários

O académico Alex Vines liderou a pesquisa sobre os incentivos para o engajamento e implementação dos Princípios Voluntários em Moçambique realizada pela Chatham House, em parceria com o Governo do Reino Unido. Na conferência realizada esta quinta-feira, Alex Vines voltou a alertar que a adesão unilateral de empresas aos Princípios Voluntários pode trazer benefícios como uma gestão de segurança melhorada e uma licença social das operações, mas sem a liderança abrangente do Governo é provável que estas vantagens fiquem em pequena escala e inconsistentes. “O compromisso do Governo com os Princípios Voluntários e o seu engajamento como membro da Iniciativa dos Princípios Voluntários permite que haja cooperação e coordenação entre as partes interessadas, bem como acesso às lições apreendidas e às experiências e apoio de uma rede transnacional”.

O pesquisador defendeu que a monitoria e a responsabilização entre as partes é fundamental para apoiar a adesão aos Princípios Voluntários. “Isso exigirá uma abertura no que respeita a reportagens livres e jornalismo crítico, transparência na tomada de decisões e melhoramento dos mecanismos domésticos de fiscalização”. Alex Vines reconheceu que, embora necessária, a adesão do Governo aos Princípios Voluntários não é suficiente para mudar a trajectória do sector extractivo em Moçambique.

“A adesão (de Moçambique) terá que ser complementada com um esforço nacional mais amplo, liderado pelo Governo, para melhorar o ambiente dos direitos humanos, incluindo a priorização da educação em direitos humanos da população, instituições do Estado e forças de segurança, e a implementação de programas nacionais de formação para combater os padrões enraizados de corrupção e abusos. A implementação efectiva dos Princípios Voluntários não será fácil. Não será um acontecimento único, mas sim um processo. Um processo que requer um foco sustentado e uma vontade de procurar maior transparência e diálogo entre o Governo, o sector empresarial e a sociedade civil”.

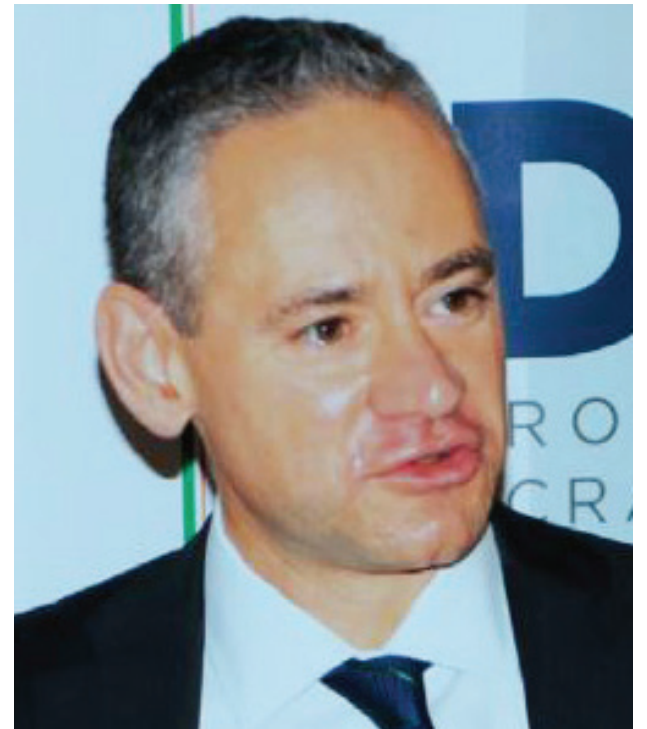
O Director-geral do Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ), Justino Tonela, também abordou o tema sobre os Princípios Voluntários em Moçambique. E lembrou que além do compromisso de adesão aos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos e aos Princípios Voluntários, Moçambique comprometeu-se a elaborar e adoptar o Plano Nacional de Acção sobre Negócios e Direitos Humanos. Moçambique assumiu ainda o compromisso de consciencializar as populações residentes nas zonas de recursos naturais sobre as potencialidades existentes e gestão transparente dos mesmos com base na observância dos Princípios Voluntários e legislação nacional.



Alex Vines



Justino Ernesto Tonela, Director-Geral do IPAJ



Alan Bryden, DCAF

O Director-geral do IPAJ falou ainda dos princípios que orientam a conduta da segurança privada na sua interacção com as empresas do sector extractivo: Actuar em conformidade com a lei e as directrizes internacionais; adoptar políticas relativas à conduta apropriada e ao uso da força; investigar e monitorar as alegações de abusos dos direitos humanos; investigar e relatar incidentes onde a força física é usada.

A interacção entre as empresas do sector extractivo e a segurança também é orientada por alguns princípios, como a necessidade de as empresas consultarem o Governo e comunidades sobre o impacto dos seus acordos de segurança; uso da força apenas quando necessário; as empresas devem fornecer treinamento em direitos humanos; alegações de abusos de direitos humanos devem ser investigadas e relatadas.

Quem também participou da quarta confe-


rência sobre acesso à justiça em Moçambique é Alan Bryden, da DCAF, uma fundação internacional comprometida com a boa governação do sector de segurança que apoia a iniciativa dos Princípios Voluntários há mais de 10 anos. Na sua intervenção, Alan Bryden destacou a necessidade de formar as forças governamentais e as forças de segurança das empresas em Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos.

“A monitoria é uma ferramenta muito importante na implementação dos Princípios Voluntários. É importante ligar o progresso a nível nacional sobre a implementação dos Princípios Voluntários com acções concretas no terreno. Este é um processo de construção de confiança. O processo de socialização e capacitação deve ser replicado a muitos níveis”, defendeu Alan Bryden.

**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** [info@cddmoz.org](mailto:info@cddmoz.org)  
**Website:** <http://www.cddmoz.org>

## PARCEIRO PROGRAMÁTICO



## PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

